

PARTIDO REPUBLICANO DO RIO DE JANEIRO (PRRJ)

Partido político fundado no estado do Rio de Janeiro em 23 de julho de 1899 por Alberto Torres, então presidente estadual. Originário de cisão do Partido Republicano Fluminense (PRF), atuou até 1930.

ORIGENS E ATUAÇÃO

O surgimento do PRRJ ocorreu em um momento que combinou conjunturas críticas nos planos econômico e político, resultantes da queda dos preços do café no mercado mundial e do descontentamento do PRF, até então dominante no estado. A recusa de Alberto Torres, eleito presidente estadual em 11 de julho de 1897, em permitir a ascensão do PRF sobre seu governo desempenhou papel importante no processo. O resultado foi o realinhamento das forças políticas do estado, com a passagem do controle até então exercido por um grupo de políticos com ligações com o regime imperial para um novo grupo, mais marcadamente republicano. Ao nascer como força situacionista, o PRRJ teve garantido um lugar de destaque no jogo político estadual.

O novo situacionismo, que desbancou o velho PRF, abrigava o grupo miracemista, liderado por Lourenço Maria de Almeida Batista, barão de Miracema, chefe político de Campos. O grupo não tinha representantes na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), mas era detentor de todas as cadeiras correspondentes ao segundo distrito na Câmara dos Deputados, e contava com políticos de diferentes regiões do estado. A heterogeneidade era a principal marca do novo grupamento político, uma vez que agregava políticos que não raro haviam militado em campos opostos, como era o caso de Alberto Torres e do barão de Miracema. Esse traço, no entanto, não impediu que o partido representasse um elemento de inovação na política fluminense.

No que diz respeito à estrutura, o PRRJ contava com uma comissão executiva composta de cinco membros, um por distrito eleitoral. Figuravam na primeira comissão Martins Torres (pai de Alberto Torres), o barão de Miracema, Augusto Pereira Lima, Barros Franco e Alfredo Whately, representando o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto distrito do estado, sediados respectivamente em Niterói, Campos, Cantagalo, Petrópolis e Resende.

Os primeiros desafios que o partido recém-criado teve de enfrentar foram trazidos pela ALERJ. Ao longo dos anos de 1899 e 1900, os 60 deputados estaduais (12 por cada distrito eleitoral) distribuíram-se entre uma maioria oposicionista, de representantes do PRF, e uma minoria situacionista, fiel ao presidente Alberto Torres, que oscilou entre 24 e 28 parlamentares. Na Câmara dos Deputados, o partido contava ao ser criado com o apoio de 9 dos 17 representantes do estado, figurando entre eles Alves Brito, Leonel Loretto, Silva Castro e Nilo Peçanha. No Senado, o equilíbrio se repetia: o PRRJ contava com Manuel de Queirós Matoso Ribeiro, enquanto o PRF possuía Tomás Porciúncula. Quintino Bocaiuva, o outro representante fluminense no Senado, manteve uma postura de neutralidade nas querelas envolvendo os dois partidos. Nos municípios, a correlação de forças era também favorável à nova sigla, tendência que obedecia à lógica do período, dada a extrema dependência dos municípios em relação ao governo estadual.

No plano político-ideológico, o PRRJ não tinha divergências mais profundas em relação ao PRF. Seus membros compartilhavam interesses de classe comuns e edificavam suas redes de adesão nas oligarquias rurais e nos emergentes setores médios urbanos. O PRF, contudo, agregava em suas fileiras políticos comprometidos com o regime imperial e com a escravidão. Em certo sentido, dava continuidade ao grupo do conselheiro Paulino José Soares de Sousa, que dominara a política na antiga província desde a década de 1870. Em contrapartida, o PRRJ reunia lideranças mais marcadas pelo republicanismo, como Alberto Torres e Nilo Peçanha, embora também conferisse espaço em seus quadros para monarquistas notórios como os barões de Miracema, Ipiabas e Palmeiras, além do visconde de Quiçamã.

A nova sigla identificava-se também com um conjunto de propostas que, visando a contornar a crise econômica do estado, afirmavam a necessidade de um intervencionismo mais direto do setor público, ainda que sem comprometer o modelo liberal vigente. Entre essas propostas figuravam iniciativas inovadoras e de caráter estrutural como o incentivo à pequena propriedade, o aperfeiçoamento do trabalhador nacional e o estímulo à diversificação agrícola.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1900, já na vigência da “política dos governadores” implantada pelo presidente Campos Sales (1898-1902), o PRRJ obteve maioria esmagadora no pleito e no processo de reconhecimento dos eleitos, conquistando

16 das 17 cadeiras da bancada fluminense. O partido também fez o sucessor de Alberto Torres – Quintino Bocaiúva –, que recebeu igualmente o apoio do PRF. No que diz respeito às eleições para as Câmaras Municipais e para a ALERJ, realizadas em novembro e dezembro do mesmo ano, o resultado não foi diferente. O PRRJ fez a maioria nas Câmaras, inclusive nos três principais municípios do estado, Campos, Niterói e Petrópolis, e ampliou sua representação na ALERJ, ao passo que o PRF viu sua representação na Casa diminuir de 30 para 5 deputados. Os dois pleitos constituíram a última etapa do processo de consolidação do PRRJ na política fluminense.

A primeira divisão no partido ocorreu por ocasião das discussões sobre a transferência da capital fluminense de Petrópolis para Niterói, em 1901. De um lado, perfilaram-se os opositores da mudança, chefiados por Martins Torres e Hermogêneo Silva, e do outro, as forças políticas emergentes, ligadas a Nilo Peçanha, favoráveis à mudança, que acabaram saindo vitoriosas.

Nas eleições legislativas de 1903 o partido experimentou mais uma vitória. A chapa do PRRJ foi integralmente eleita e reconhecida, tendo Nilo Peçanha vencido a eleição para o Senado. Na ocasião, seu nome foi indicado pelo então presidente do estado, Quintino Bocaiúva, para a sucessão estadual. No pleito de julho do mesmo ano, o PRRJ teria mais uma vez seu candidato vitorioso.

Em 1904 o partido passou por um processo de reestruturação de sua comissão executiva, tendo sido ampliado o número de seus membros de 5 para 7. Com a mudança, a comissão assumiu a seguinte composição: barão de Miracema, Oliveira Botelho, Laurindo Pita, Henrique Borges, João Batista Pereira dos Santos, Leopoldo Teixeira e Belisário Augusto Soares de Sousa. A iniciativa, de Nilo Peçanha, visava à cooptação de membros da oposição para que o governo ampliasse sua base de apoio e conseguisse implementar um conjunto de reformas pretendidas para a recuperação econômica e financeira do estado do Rio.

Com a proximidade das eleições para a presidência da República, marcadas para março de 1906, o partido apoiou a escolha de Nilo Peçanha para vice na chapa oficial, encabeçada por Afonso Pena. O PRRJ conseguiria ainda fazer o candidato de Nilo Peçanha, Oliveira Botelho, vitorioso na sua sucessão no governo fluminense.

O ano de 1911 representou um momento de inflexão para o PRRJ. Foi então criado o

Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), que passou a abrigar uma das principais lideranças da política estadual, Nilo Peçanha. Além de chefe do PRCF, Nilo era membro da comissão executiva do Partido Republicano Conservador, criado em 1910 pelo senador gaúcho Pinheiro Machado.

Com a reestruturação do PRF, que, durante o segundo governo de Nilo Peçanha no estado (1914-1918), passou a abrigar o grupo nilista, o PRRJ perdeu espaço na política estadual. No entanto, o partido ressurgiria para abrigar o grupo nilista, na convenção do PRF, presidida por Nilo Peçanha e realizada em maio de 1920. O objetivo da convenção era eleger sua comissão executiva, extinta desde dezembro de 1917. Ainda que sem nenhum comunicado oficial, os nilistas passaram a referir-se a seu partido como PRRJ, em vez de PRF.

As eleições federais de fevereiro de 1921 para a Câmara dos Deputados e renovação do terço do Senado serviram de teste para a nova configuração de forças na política fluminense e para o PRRJ. O partido enfrentou o PRCF e um novo partido criado em 1920, o Partido do Trabalho, que reunia setores ligados aos interesses açucareiros do estado. Apesar das tentativas de pacificação empreendidas por Nilo Peçanha, visando à formação de uma única chapa, tanto o PRRJ quanto o PRCF lançaram chapas próprias. A vitória nas urnas coube ao PRRJ, graças às práticas eleitorais vigentes no período. Ficou claro no pleito, no entanto, o preço pago pelo partido para sua recomposição com o governo federal: a exclusão de Maurício de Lacerda da chapa do PRRJ e o reconhecimento da eleição de Joaquim Moreira, candidato da aliança do PRCF e do grupo político liderado por Alfredo Backer.

As eleições estaduais e municipais do mesmo ano reiterariam a vitória do PRRJ, mas o resultado nas urnas estava longe de significar a garantia da continuidade do domínio do nilismo na política fluminense.

Na campanha presidencial de 1921/1922, que deu origem à Reação Republicana, o PRRJ apoiou as candidaturas dissidentes de Nilo Peçanha, à presidência, e José Joaquim Seabra, à vice-presidência da República. A derrota nas urnas e a perseguição promovida pelo candidato oficial eleito – Artur Bernardes – aos dissidentes teriam importantes desdobramentos para o partido.

No governo Bernardes (1922-1926), com a intervenção federal promovida no estado do Rio de Janeiro, o PRF passou a ser o partido do governo, restando ao PRRJ a incômoda posição

de oposição. Visando a desestruturar o nilismo, o governo federal considerou nulas todas as eleições realizadas no estado desde 18 de dezembro de 1921.

Tentando se recompor após a derrota de Nilo Peçanha em 1922, e passar a chefia do partido para as mãos de Raul Veiga, o PRRJ realizou uma nova convenção no mês de abril. Na ocasião foram privilegiados para a composição da comissão executiva nomes de projeção nacional, sendo reeleita a comissão executiva anterior, formada em 1920 por deputados federais.

Nas eleições federais de 1924 o PRRJ, que controlava 13 das 17 cadeiras na Câmara e duas no Senado, lançou chapa com 10 nomes – José Eduardo de Macedo Soares, Laurindo Lemgruber Filho, Manuel Reis, Maurício Medeiros, João Guimarães, Julião de Castro, Temístocles de Almeida, Veríssimo de Melo, Francisco Marcondes Filho e Maurício de Lacerda. Nenhum deles foi reconhecido. Nova derrota seria enfrentada pelo partido nas eleições municipais de maio do mesmo ano, pouco após a morte de Nilo Peçanha, ocorrida em 31 de março. O grande vitorioso no pleito foi o PRF.

Em 4 de dezembro de 1926 o PRRJ realizou uma nova convenção. O debate girou em torno da aproximação com o governo na indicação do candidato para as eleições para a presidência do estado. O grupo liderado por Maurício de Lacerda, chamado de nilistas vermelhos, defendeu a candidatura de João Guimarães, enquanto a facção conciliadora optou pelo apoio à chapa do PRF formada por Manuel Duarte e Eduardo Portela. Opondo-se ao acordo, a maioria do conselho diretor decidiu pela ratificação da candidatura de João Guimarães e pela participação nas eleições federais, estaduais e municipais de 1927. Para a Câmara o partido apresentou seus candidatos, indicando para o Senado o nome de Maurício de Lacerda. A ala derrotada do partido, que havia sido favorável ao acordo com as forças governistas, autodesignada “membros dissidentes do PRRJ”, lançou as candidaturas avulsas de Maurício de Medeiros, Raul Veiga e Eduardo Cotrim Filho. O resultado das urnas e do processo de reconhecimento dos eleitos, no entanto, mais uma vez fortaleceria o situacionismo e o PRF, que teve todos os seus candidatos eleitos, cabendo aos três acordistas as vagas destinadas à oposição. A disputa para o Senado também implicaria uma nova derrota para o PRRJ. Manuel Duarte foi o candidato eleito.

Da mesma forma, as eleições de abril para o governo estadual, para a ALERJ e para as Câmaras municipais consagraram a vitória do situacionismo e de parte da oposição nilista.

João Guimarães e Alberto Joaquim Cardoso foram derrotados por Manuel Duarte e Eduardo Portela, e a chapa do PRF para a ALERJ foi integralmente eleita, cabendo mais uma vez aos nilistas acordistas as vagas destinadas à minoria. A maioria das prefeituras e Câmaras municipais fluminenses também foi conquistada pelo PRF.

A falta de êxito nas urnas se repetiu nas eleições municipais de setembro de 1929. No âmbito nacional, com o avanço das articulações para a sucessão presidencial, o PRRJ formou com a Aliança Liberal, empenhando seu apoio a Getúlio Vargas e a João Pessoa. O movimento de outubro de 1930, que conduziu Vargas ao poder, não representou no entanto nenhum ganho político para o partido. No novo governo, o PRRJ assistiu à nomeação de Plínio Casado para interventoria no Rio de Janeiro e acabou alijado do cenário político fluminense.

Surama Conde Sá Pinto

FONTES: FERREIRA, M. *Fragmentação*; FERREIRA, M. *República*.